

REPENSANDO O MODELO INTERPRETATIVO DE CAIO PRADO JÚNIOR.

IRACI DEL NERO DA COSTA^(*)

I — INTRODUÇÃO.

Com a formulação do conceito *sentido da colonização*, Caio Prado Júnior procurou evidenciar o escopo maior do colonizador (seus objetivos últimos) e identificar o conseqüente caráter dependente e reflexo da economia brasileira com respeito aos mercados e interesses externos: "...explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos. [...] Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco... (...) ...e em seguida café, para o comércio europeu. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. [...] O 'sentido' da evolução brasileira que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização." (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 31-32); mais adiante acrescenta: "Da economia brasileira, em suma, e é o que devemos levar daqui, o que se destaca e lhe serve de característica fundamental é: de um lado, na sua *estrutura*, um organismo meramente produtor, e constituído só para isto: um pequeno número de empresários e dirigentes que senhoreiam tudo, e a grande massa da população que lhe serve de mão-de-obra. Doutro lado, no *funcionamento*, um fornecedor do comércio internacional dos gêneros que este reclama e de que ela dispõe. Finalmente, na sua *evolução*, e como conseqüência daquelas feições, a exploração extensiva e simplesmente especuladora, instável no tempo e no espaço, dos recursos naturais do país." (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 129). Buscou, ademais, estabelecer os elementos estruturais básicos sobre os quais ocorreram a ocupação e valorização do território colonial, obedecido aquele *sentido*; encontrou-os na grande propriedade, na monocultura e na exploração do trabalho escravo. Delineou-nos, pois, um quadro no qual, colocado em face de abundantes terras virgens (caráter extensivo e predatório das atividades), o colonizador ávido de lucros organizou a produção em larga escala (grande propriedade) de bens tropicais que garantissem rentabilidade máxima (monocultura), dada a inexistência de uma sociedade pretérita que pudesse fornecer mão-de-obra juridicamente livre e despossuída de meios de produção (escravismo). Por fim, "Na agricultura colonial brasileira é preciso distinguir dois setores cujo caráter é inteiramente diverso. (...) De um lado, a *grande lavoura*, seja ela do açúcar, do

^(*) O autor, professor da FEA/USP, agradece as valiosas sugestões e críticas do professor José Flávio Motta.

algodão ou de alguns outros gêneros de menos importância, que se destinam todos ao comércio exterior. Doutra, a agricultura de 'subsistência', isto é, produtora de gêneros destinados à manutenção da população do país, ao consumo interno. (...) A grande lavoura representa o nervo da agricultura colonial; a produção dos gêneros de consumo interno — a mandioca, o milho, o feijão, que são os principais — foi um apêndice dela, de expressão puramente subsidiária." (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 142-143). A nosso ver, é esta, em suma, a essência do modelo interpretativo proposto por Caio Prado Júnior; a este indiscutível contributo à compreensão de nossa formação histórica devemos, como sabido, um grande número de estudos nele inspirados e dos quais resultou, em grande parte, o avanço observado nas últimas décadas com respeito ao conhecimento de nosso passado econômico, político e social.

É, pois, a partir do reconhecimento da importância do modelo de Caio Prado Júnior que nos abalançamos a questioná-lo e a propor algumas soluções com as quais visamos a repensá-lo de sorte a contribuirmos para o estabelecimento de uma visão apta a integrar, criticamente, os novos raciocínios e os achados mais recentes decorrentes do referido avanço de nossos conhecimentos históricos.

Evidentemente, não nos escapa estarmos em face de um modelo *explicativo, interpretativo* — e não meramente *descritivo* — de nossa história. Assim, em face de eventuais reparos, poder-se-á, sempre, alegar que tal modelo *explica, em última instância*, nossa formação. De nossa parte, retorquiremos que tal alegação encobre uma grave limitação presente no núcleo mesmo do aludido modelo, qual seja: a de pensar a constituição da economia brasileira como uma mera projeção imediata do capital comercial no plano da produção. Interessa-nos, pois, basicamente, o estabelecimento de categorias e mediações que, por não terem sido consideradas pelo autor, parecem-nos necessárias para a superação de seu modelo e o entendimento mais completo de nossa evolução histórica, particularmente no que tange à nossa constituição demo-econômica.

II — *ESPÍRITO DE ACUMULAÇÃO, AUTOCONSUMO E MARGINALIDADE.*

Um corolário imediato do "sentido da colonização" está no fato de que tanto colonizadores como seus descendentes deveriam estar empolgados pela idéia da acumulação. Ora, no correr do tempo evidenciou-se que tal pressuposto não se cumpriu inteiramente. Uma parcela expressiva da população parece ter ficado infensa à perspectiva da acumulação;¹ de outra parte, associados aos que

¹ Como sabido, muitos autores coevos legaram-nos depoimentos sobre estas questões; escusamo-nos, portanto, de reproduzi-los aqui. Assim, recordando que suas opiniões marcaram-se, quase sempre, pelo eurocentrismo e por claras perspectivas ideológicas, cingimo-nos, tão-somente, à transcrição de uma ilustrativa passagem das impressões deixadas pelo português Augusto Emílio Zaluar que percorreu o território paulista em 1861 e na qual, certamente industriado por um morador local, contrapôs as *mentalidades* ora referidas: "À exceção das pessoas mais ilustradas, dos fazendeiros e comerciantes, o resto da população é naturalmente indolente, preguiçosa e alheia a todos os regalos da civilização, contentando-se

não desejavam participar do aludido processo de "enriquecimento", encontraremos os que, embora pudessem estar desejosos de alcançar tal participação, não conseguiram efetivar tal anelo, pois, como fartamente sabido, os processos de acumulação no Brasil marcaram-se pela alta concentração da riqueza e pela conseqüente excludência de largos efetivos populacionais. Vemo-nos, portanto, em face de crescentes segmentos populacionais que se viram, por vontade própria ou em decorrência do próprio funcionamento da economia, cada vez mais apartados do referido processo de acumulação. Ora, tais pessoas encontram espaço muito restrito nos esquemas propostos por Caio Prado Júnior e, por via de regra, são relegados pelo autor a uma condição de marginalidade absoluta.² Destarte, é deixada de lado uma parcela muito

apenas com qualquer meio de subsistência, sem se importar qual será a sua sorte no dia seguinte nem donde lhe virão recursos.

"Como a terra é aqui abundante e toca a todos, esses homens, a quem se chama no lugar caipiras, cultivam a ferro e fogo o torrão que possuem, e plantam-lhe milho, feijão e arroz. Colhido o seu produto, que sem muito trabalho podem haver, levam-no ao mercado, onde o vendem para comprar a roupa que lhes é necessária durante o ano, e regressam à casa, entregando-se outra vez aos seus hábitos de ociosidade, confiados na fertilidade do solo, que lhes fornece abóboras, aipim, batatas e outros gêneros, bem como das matas, que lhes oferecem palmitos, aves e outras muitas qualidades de caça, assim como nos rios, que os alimentam com muitos, variados e gostosos peixes.

"Nesta vida, quase completamente improdutiva, vão passando os anos e o tempo sem que se tire partido das grandes vantagens que promete o município, nem se desenvolva nenhum dos elementos de progresso que a natureza tão generosamente lhes confiou, 'estando condenados, como observa um morador da vila que nos forneceu estas notas, a ver esvaecerem-se as nossas mais fundadas esperanças, deixando estéril o nosso solo tão fértil, e sem útil aproveitamento os nossos campos tão amenos, os nossos climas tão saudáveis, os nossos rios tão serenos, os nossos sertões tão opulentos e majestosos, tudo por falta de ação, de trabalho e de energia!" (ZALUAR, 1975, p. 108-109).

² "Entre estas duas categorias [senhores e escravos] nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização, comprime-se o número, que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma. Aquele contingente vultoso em que Couty mais tarde viria o 'povo brasileiro', e que pela sua inutilidade daria como inexistente, resumindo a situação social do país com aquela sentença que ficaria famosa: *'Le Brésil n'a pas de peuple'*.

"O número deste elemento indefinido socialmente, é avantajado, e cresce contínua e ininterruptamente porque suas causas são permanentes. No tempo de Couty, ele o calcula, numa população total de 12 milhões, em nada menos que a metade, 6 milhões. Seria menor talvez a proporção nos três milhões, de princípios do século; mas ainda assim, compreenderia com certeza a grande, a imensa maioria da população livre da colônia. Compõe-se, sobretudo, de pretos e mulatos forros ou fugidos da escravidão; índios (...); mestiços de todos os matizes e categorias, que não sendo escravos e não podendo ser senhores, se vêm repelidos de qualquer situação estável, ou pelo preconceito ou pela falta de posições disponíveis; até brancos, brancos puros, e entre eles, como já referi, anteriormente, até rebentos de troncos portugueses ilustres (...); os nossos *poor white*, detrito humano segregado pela colonização escravocrata e rígida que os vitimou.

"Uma parte desta sub-categoria colonial é composta daqueles que vegetam miseravelmente nalgum canto mais ou menos remoto e apartado da civilização, mantendo-se ao Deus dará, embrutecidos e moralmente degradados (...).

"Uma segunda parte da população vegetativa da colônia é a daqueles que, nas cidades, mas sobretudo no campo, se encostam a algum senhor poderoso (...) São então os chamados *agregados*, os *moradores dos engenhos* (...).

"Finalmente, a última parte, a mais degradada, incômoda e nociva é a dos desocupados permanentes, vagando de léu em léu à cata do que se manter, e que, apresentando-se a ocasião, enveredam francamente pelo crime." (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 281-283). São do mesmo autor as afirmações:

numerosa de nossa população e, com ela, seu contributo para a formação demográfica do Brasil, sua vida econômica e a parte do produto global a ela devida, sobretudo a produção de gêneros básicos votados ao autoconsumo. Perde-se de vista, assim, o que hodiernamente chamaríamos "Brasil real" e se privilegia desmesuradamente o "Brasil exportacionista", vale dizer, o segmento econômico voltado para os mercados mundiais. Repisemos aqui as próprias palavras de Caio Pardo Júnior: "Entre estas duas categorias [senhores e escravos] nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização, comprime-se o número, que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma. Aquele contingente vultoso em que Couty mais tarde viria o 'povo brasileiro', e que pela sua inutilidade daria como inexistente, resumindo a situação social do país com aquela sentença que ficaria famosa: '*Le Brésil n'a pas de peuple*'. " (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 281). Parece-nos desnecessário lembrar que tratar tal povo como inexistente ou categorizá-lo, sem mais, como composto de marginais sociais significa reproduzir as ideologias próprias das velhas elites dominantes e abrir as portas para teses simplistas como a que reduziu a questão social a uma questão de polícia.

"Quem não fosse escravo e não pudesse ser senhor, era um elemento desajustado que não se podia entrosar normalmente ao organismo econômico e social do País. Isto que já vinha dos tempos remotos da colônia, resultava em contingentes relativamente grandes de indivíduos mais ou menos desocupados, de vida incerta e aleatória e que davam, nos casos extremos, nestes estados patológicos da vida social, a vadiagem criminosa e a prostituição." (PRADO JÚNIOR, 1956, p. 203). Ao diagnosticar as causas desta situação, diz:

"Vimos as condições gerais em que se constitui aquela massa popular — a expressão não é exagerada — , que vive mais ou menos à margem da ordem social: a carência de ocupações normais e estáveis capazes de absorver, fixar e dar uma base segura de vida à grande maioria da população livre da colônia. Esta situação tem causas profundas, de que vimos a principal, mais saliente e imediata: a escravidão, que desloca os indivíduos livres da maior parte das atividades e os força para situações em que a ociosidade e o crime se tornam imposições fatais. Mas alia-se, para o mesmo efeito, outro fator que se associa aliás intimamente a ela: o sistema econômico da produção colonial. No ambiente asfíxiante da grande lavoura, vimo-lo noutro capítulo, não sobra lugar para outras atividades de vulto. O que não é produção em larga escala de alguns gêneros de grande expressão comercial e destinados à exportação, é fatalmente relegado a um segundo plano mesquinho e miserável. Não oferece, e não pode oferecer campo para atividades remuneradoras e de nível elevado. E assim, todo aquele que se conserva fora daquele estreito círculo traçado pela grande lavoura, e são quase todos além do senhor e seu escravo, não encontra pela frente perspectiva alguma.

"Um último fator, finalmente, traz a sua contribuição, e contribuição apreciável de resíduos sociais e inaproveitáveis. É a instabilidade que caracteriza a economia e a produção brasileiras e não lhes permite nunca assentarem-se sólida e permanentemente em bases seguras. Em capítulo anterior já assinaliei esta evolução por arrancos, por ciclos em que se alternam, no tempo e no espaço, prosperidade e ruína, e que resume a história econômica do Brasil Colônia. As repercussões sociais de uma tal história foram nefastas: em cada fase descendente, desfaz-se um pedaço da estrutura colonial, desagrega-se a parte da sociedade atingida pela crise. Um número mais ou menos avultado de indivíduos inutiliza-se, perde suas raízes e base vital de subsistência. Passará então a vegetar à margem da ordem social." (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 285-286).

III — GRANDE LAVOURA E AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA: POR UMA CATEGORIZAÇÃO ALTERNATIVA.

A referência ao autoconsumo leva-nos a outro ponto que merece atenção especial. Pensamos no tratamento emprestado à *agricultura de subsistência*. Sob este conceito o autor emparelhou realidades econômicas muito distintas o que acarreta, a nosso juízo, incontornáveis dificuldades analíticas. Assim, a par da produção em larga escala de gêneros alimentícios efetuada por escravistas de porte e vendida no mercado interno, enquadra-se na *agricultura de subsistência* a acanhada produção executada por não-proprietários e destinada ao seu próprio passadio. Sob esta categoria colocam-se, ainda, a produção realizada e consumida por cativos nas grandes propriedades escravistas votadas ao plantio ou preparo de bens de exportação e a venda ocasional de excedentes agrícolas por parte de pequenos produtores isolados e sem escravo algum. Enfim, muitos aspectos da vida econômica de então restam enuviados por se verem colocados indistintamente sob um mesmo rótulo; perde-se, pois, a especificidade de cada um sem alcançar-se uma síntese esclarecedora. A nosso ver, sem se perder de vista o objetivo maior de Caio Prado Júnior — mostrar o papel subsidiário da produção de gêneros para consumo interno —, é possível reformularmos a categorização inicialmente proposta pelo autor sem incorrer nos aludidos prejuízos analíticos.

Ainda com respeito à *grande lavoura* e à *agricultura de subsistência* é preciso observar que os processos efetivos mediante os quais dava-se a acumulação, sobretudo o vinculado à produção em mais larga escala para o mercado interno, também ficam parcialmente obscurecidos por terem sido colocados no âmbito dos dois setores (*grande lavoura/subsistência*) aos quais, obviamente, o autor emprestou naturezas distintas. O risco maior envolvido em tal bipartição está, cremos, de um lado, em extremar-se o isolamento do processo de acumulação vinculado ao mercado interno e, por outro, em emprestar-se um peso mais do que o devido ao processo de acumulação concernente à produção dirigida ao mercado internacional. Assim, o processo vinculado ao mercado externo, mais dinâmico e determinante, passaria a ocupar quase todo o espaço reservado à acumulação, enquanto a produção para o mercado interno, além de subsidiária e dependente, viria a confundir-se com a mera economia de autoconsumo. Este é, a nosso juízo, outro argumento favorável à reconsideração da categorização esposada por Caio Prado Júnior. A esta questão voltaremos abaixo.

IV –TERRA: PROPRIEDADE PLENA E USUFRUTO.

Como se depreende dos próprios escritos de Caio Prado Júnior, estabeleceu-se, no Brasil, um largo distanciamento entre a propriedade da terra (altamente seletiva, elitista e restritiva) e as várias formas assumidas pelo seu usufruto (cessão graciosa, aluguel, aforamento, posse, existência de *moradores, agregados*, *rendeiros*, de lavradores mais modestos — os *obrigados* —, da meia, da terça etc.), o qual, diga-se, não se marcou pela excludência, mas, antes,

por certa "permissividade" da qual resultou um amplo leque de maneiras mediante as quais tornou-se possível, aos menos privilegiados, o acesso à terra.³ Tal distanciamento entre propriedade e usufruto parece-nos crucial para o entendimento da formação das populações brasileiras, sobretudo dos segmentos populacionais não imediatamente vinculados à manutenção e reprodução do sistema econômico dominante, vale dizer, não imediatamente necessários à *grande lavoura*. Assim, se nos centrarmos na consideração desta última defrontar-nos-emos, sempre, com o latifúndio excludente; de outra parte, se dermos atenção ao usufruto da terra e ao autoconsumo veremos abrir-se o terreno no qual desenvolveu-se parcela substantiva da população brasileira, nesta mesma órbita, como veremos adiante, encontraremos, ademais, as raízes de muitos dos problemas sociais, demográficos e econômicos que nos afligem atualmente.

Fixemos, pois, uma outra qualificação ao modelo em tela: ao atribuir, no respeitante à nossa formação econômica e social, papel determinante à *grande lavoura*, o autor teve de prender-se às questões afetas à propriedade da terra vendo-se remetido, imediatamente, à produção em larga escala efetuada no latifúndio escravista e monocultor. Caso emprestemos, quanto àquela formação, papel de relevância — ou papel co-determinante, como diríamos — à assim chamada *agricultura de subsistência*, seremos levados à consideração de uma dimensão complementar à privilegiada por Caio Prado Júnior: o usufruto da terra

³ Como avançado, na própria obra de Caio Prado Júnior encontramos muitas referências a tal possibilidade, a qual também se viu fartamente documentada por autores coevos. Apenas a título ilustrativo reproduzimos, pois, dois destes relatos: "*Ninguém aqui*, disse-me o comandante, *quer ganhar dinheiro para trabalhar, por pouco que seja, de um modo constante. Os fazendeiros, que possuem todos grandes extensões de terra, deixam os pobres cultivá-las na quantidade que quiserem; com muito pouco trabalho estes últimos estão certos de ganhar o bastante para viver durante um ano, e preferem repousar a gozar de bem estar devido a alguns suores.*" (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 163). "O único recurso que ao pobre cabe é pedir, ao que possui léguas de terra, a permissão de arrotear um pedaço de chão. Raramente lhe é recusada tal licença, mas como pode ser cassada de um momento para outro, por capricho ou interesse, os que cultivam terreno alheio e chamam-se agregados, só plantam grãos cuja colheita pode ser feita em poucos meses, tais como o milho e o feijão. Não fazem plantações que só dêem ao cabo de longo tempo como o café." (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 24). "Conseguem-se terras tanto por doação como por compra e, como as distribuem baseados só no mapa, sem qualquer medição no terreno, não admira que surjam contestações e confusões com respeito às divisas. A fim de esclarecer e confirmar suas pretensões, há muitos proprietários que instalam ao redor de suas fronteiras certo número de pequenos sitiantes a que chamam de "moradores"; estes pagam um pequeno foro, buscam seu sustento principalmente pelo cultivo de verduras e preenchem as importantes funções de vigias, impedindo invasão por parte dos proprietários e furtos de madeira. São geralmente gente bronca, que tem família, por vezes um ou dois escravos, e muito crescem à população local; amam contudo a independência e raramente permanecem depois que as divisas já estão devidamente discriminadas e em cultivo suas partes mais remotas. [...] Sucede-lhe, freqüentemente, uma classe mais valiosa de foreiros que possui já um capital pequeno, que empregam na compra de escravos, cultivando porções maiores de terra e pagando seus foros seja em moeda seja em trabalho e, ainda, o que é mais comum, em gêneros. Se o artigo produzido é a cana, a mais lucrativa das culturas do Brasil, metade da produção toca ao dono das terras, pela qual não só fornece ele o solo, como mói a quota do meeiro... (...) Ao mesmo tempo há muitos foreiros que melhoram de situação, fazem-se adiantados entre os lavradores e acabam por se tornarem também proprietários." (LUCCOCK, 1951, p. 194). O Prof. José Flávio Motta, que leu os originais destas notas, considera tal "permissividade" quanto ao usufruto da terra como "permissividade excludente", pois a toma, e nisto concordamos plenamente, como crucial no que diz respeito à reprodução da excludência quanto à propriedade plena.

e a conseqüente posse precária de pequenas áreas nas quais, sobretudo com base na mão-de-obra familiar, praticava-se a policultura voltada, essencialmente, para o autoconsumo.

A nosso ver, estamos em face de um caso flagrante em que um elemento de mediação — representado pelo usufruto da terra — desempenha papel co-determinante quanto à ocupação de um fator produtivo crucial, cabendo à propriedade plena da terra o papel de determinante em última instância quanto à alocação do fator.

A perspectiva metodológica ora explicitada tem ensejado a identificação de muitas vertentes temáticas dela decorrentes, várias das quais, aliás, viram-se exploradas em estudos recentes. Em face da peculiaridade e relevância das questões envolvidas e visando a evidenciar as potencialidades que se abrem ao admitirmos a existência de um conjunto de fatores co-determinantes — uns de caráter exógeno, outros de corte endógeno e conjugados aos primeiros —, dedicamos os quatro próximos tópicos à discussão de algumas daquelas vertentes temáticas, quais sejam: emergência da população dita "redundante", características demográficas e econômicas dos não-proprietários de escravos, estrutura de posse de cativos e, por fim, policultura de gêneros básicos. Vejamo-las, pois.

V –GÊNESE E CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO REDUNDANTE.

O comportamento cíclico da economia de exportação — ou seja, a recorrência de períodos de crise econômica —, aliado às formas de uso da terra e às parcas necessidades materiais e espirituais do segmento populacional economicamente marginalizado com respeito ao mercado externo, propiciou a emergência de "excedentes" populacionais que, não só tenderam a crescer com o passar do tempo, mas vieram a compor um elemento qualitativo fundamental de nossa formação econômica e social. Ocupemo-nos, pois, deste processo.

Entendemos como "população redundante" aqueles efetivos não necessários à reprodução das condições econômicas dominantes. Tal "excesso" populacional, embora não se confunda com o exército industrial de reserva, deve, como este, ser entendido como relativo, pois sempre se refere às características das "economias" dominantes em cada área e momento do tempo. A concorrência do açúcar produzido nas Antilhas — na qual assenta-se, desde o segundo meado do século XVII, a secular depressão econômica do nordeste brasileiro — ensejou, como evidenciado por Celso Furtado,⁴ a constituição de nossos primeiros

⁴ A menção a Celso Furtado deve-se ao seu inestimável contributo para a determinação dos elementos econômicos constitutivos das condições que ensejaram o surgimento e desenvolvimento das populações redundantes no Brasil. Em *Formação econômica do Brasil*, Celso Furtado pautou-se por eixo distinto do que estamos a explorar aqui. Em face de seu escopo maior — estabelecer as condições que se colocavam como necessárias e suficientes para chegar-se, no Brasil, ao desenvolvimento econômico calcado na industrialização —, o autor viu-se compelido a centrar sua análise nos elementos da economia brasileira

contingentes populacionais redundantes. O paulatino adensamento demográfico naquela região foi propiciado, sobretudo, pela atividade criatória desenvolvida na área interiorana que funcionou como "válvula de escape" para as populações deslocadas da região açucareira pela depressão econômica observada a partir do marco cronológico acima indicado.

Um segundo momento crucial do fenômeno em foco decorreu da exaustão do ouro aluvionário das Minas Gerais. Como anotado pelos coevos, no século XVIII o Brasil conheceu grande afluxo de reinóis e de africanos reduzidos à escravidão. Nas Gerais, em função do interesse e aplicação no processo produtivo que se tinha de despertar nos escravos ocupados nas lavras, as alforrias ocorreram com maior frequência *vis-à-vis* as áreas votadas à agricultura. Assim, mesmo no período de ascensão econômica, faziam-se presentes pressões no sentido da geração de eventuais contingentes redundantes,⁵ os quais viram-se enormemente acrescidos quando se esgotou o ouro, pois, como mostrado por Caio Prado Júnior, o subsequente florescimento da agricultura e a incorporação de novas áreas ao ecúmeno deram-se numa quadra na qual ocorreu a ampliação do autoconsumo.

Tal quadro ver-se-á agravado pela retrógrada Lei de Terras de 1850, condicionada pela falência do sistema escravista e comprometida com a solução propugnada pelos imigrantistas. Uma eventual valorização da mão-de-obra livre autóctone foi descartada e partiu-se em busca do trabalhador estrangeiro, já impregnado, diga-se de passagem, pelo espírito de acumulação capitalista e, portanto, partícipe ativo dos processos econômicos que giravam em torno da expansão cafeeira. Esta solução para o problema da mão-de-obra condenou ao descaso o trabalhador livre nacional e criou as bases para se dar destino idêntico aos ex-escravos quando de sua manumissão definitiva em 1888. Aos mesmos sobravam, tão-somente, as fímbrias da vida econômica e social, vale dizer, a agricultura de autoconsumo efetuada, em larga escala, em terras de terceiros.

No plano das mentalidades, o processo acima descrito é igualmente perverso à medida que impede a assimilação, por parte de grandes massas populacionais, dos valores próprios do capitalismo moderno. Vêm-se elas, assim, relegadas a uma vivência material e espiritual degradada, o que as

orientados pela busca da acumulação de capital. Não podia, pois, considerar mais ampla e detidamente a parcela redundante de nossa população, a qual, diga-se, representa uma de suas principais preocupações. Na obra em tela seu engano, a nosso juízo, repousou na ilusão, posteriormente descartada pelo próprio autor, de que a industrialização garantiria, *per se* e automaticamente, a integração plena dos segmentos populacionais desprivilegiados à vida econômica, política e social da nação.

⁵ É da mais alta relevância lembrar que a concessão de alforrias também operou, particularmente nos períodos de ascensão e apogeu da atividade exploratória, no sentido de propiciar aos ex-escravos o acesso à condição de proprietários de cativos. Assim, por exemplo, na Comarca do Serro do Frio, em 1738 — momento em que ali só se extraía o ouro, pois a atividade diamantífera estava proibida —, 22,2% dos proprietários de escravos eram forros e detinham 9,9% do número total de escravos; em Congonhas do Sabará, no ano de 1771, os forros perfaziam 21,7% dos proprietários e possuíam 10,2% dos cativos. (Cf. LUNA & COSTA, 1980, p. 839-840; LUNA, 1982, p. 43).

impossibilita de tomar consciência plena de seus direitos e de atuar politicamente de modo consentâneo a seus interesses.

A compor o grupo de não-proprietários de escravos, além deste segmento redundante e mais desprivilegiado, encontravam-se numerosos efetivos populacionais que, conjuntamente, compunham a parcela majoritária dos habitantes do Brasil ao tempo da colônia e do império. Consideremo-la, pois, mais detidamente.

VI – PRESENÇA DOS NÃO-PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS.

Como avançado, a população redundante corresponde a uma parte do conjunto dos não-proprietários de cativos, os quais, em sua imensa maioria dependiam, tão-só, da mão-de-obra familiar e vinculavam-se a atividades econômicas não relacionadas, imediatamente, com a produção de bens de exportação. Vejamos, em termos genéricos, como se apresentavam algumas das características demo-econômicas deste importante segmento populacional — tomado, agora, em seu todo⁶ — em fins do século XVIII e inícios do XIX e para núcleos localizados nas áreas de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Bahia e Piauí (este último representado para os anos de 1697 e 1762).

O primeiro ponto a fixar diz respeito ao fato de que os não-proprietários de escravos e seus respectivos dependentes — sempre observadas as fortes limitações espaciais e temporais apontadas acima — compunham parcela majoritária da população livre; ademais, os mesmos não perderam tal posto em face de expressivas mudanças econômicas e demográficas observadas no passar do tempo. Correlatamente, ao que parece, o crescimento econômico, mesmo quando orientado pela expansão do comércio exterior, vinha acompanhado de oportunidades das quais também usufruíam os não-proprietários, de sorte que os mesmos não eram excluídos das áreas economicamente mais dinâmicas, nem perdiam sua posição numericamente dominante.

Uma segunda conclusão indica que, tanto da ótica estritamente demográfica (sexo, idade e estado conjugal), como daquela mais claramente marcada por elementos de caráter econômico (condição de legitimidade das crianças, pobreza e moradia), não havia hiato absoluto a distinguir proprietários e não-proprietários de cativos. Destarte, sob vários aspectos, a impressão deixada pela análise é a de que estamos a tratar com duas amostras de u'a mesma população. Sem negar, pois, as expressivas dessemelhanças observadas entre os dois grupos, cumpre anotar, também, os largos pontos de contato existentes entre os mesmos.

Por fim, no que tange às atividades econômicas e produtivas propriamente ditas, havia grande predomínio dos proprietários de cativos nos setores Igreja e

⁶ Para uma análise pormenorizada deste segmento sócio-econômico veja-se COSTA, 1992.

rentistas; ademais, observava-se a dominância dos mesmos na magistratura e empregos civis, corpo militar e profissões liberais. Nos setores comércio, transportes e agricultura e manufatura rural, revelava-se distribuição mais equilibrada, enquanto era forte o predomínio numérico dos não-proprietários nos serviços em geral e entre os jornaleiros e artesãos. Como esperado, as ocupações mais exigentes em termos de preparo educacional ou que implicavam a posse de recursos materiais mais avultados eram empolgadas, majoritariamente, pelos proprietários de escravos, cabendo aos não-proprietários o domínio de atividades mais humildes. Não obstante, deve-se frisar que não imperava uma especialização absoluta; além disto, mesmo as mudanças econômicas acarretadas por novas alternativas ensejadas no correr do tempo não foram bastantes para excluir os não-proprietários da ampla gama de setores econômicos então vigentes. Havia, é verdade, marcante divergência entre as participações dos segmentos sócio-econômicos em tela quanto ao produto gerado e à parcela comercializada do mesmo. Os proprietários de escravos distinguiram-se por dominarem a produção de bens exportáveis e dos que eram objeto de ampla comercialização no mercado interno; mesmo assim, deve-se notar a não exclusão dos não-proprietários no tocante à produção de tais mercadorias. Por outro lado, havia razoável elenco de bens com respeito aos quais ocorria dominância de não-proprietários ou cujo preparo era partilhado equilibradamente por ambos os segmentos. Ademais, relativamente a alguns gêneros alimentares básicos, a participação de não-proprietários aproximava-se do respectivo peso relativo na população total.

Do acima exposto deve-se guardar que há fortes indícios a apontar que a economia escravista brasileira comportava, mesmo nos momentos de expansão da agricultura de exportação, um largo espaço para o desenvolvimento de atividades econômicas não vinculadas, imediatamente, à *grande lavoura* e desenvolvidas por não-proprietários de escravos, os quais não podem ser tomados, em bloco, como um grupo de inúteis ou um segmento absolutamente marginalizado em termos sociais e econômicos.

Ao que nos parece, a carência dos meios de transporte, a própria política mercantilista implementada pela Coroa visando a impedir a emergência de manufaturas, a conseqüente inexistência de um amplo mercado interno integrado e a decorrente falta de especialização regional — ressalvados aqui casos como o da produção de charque no Rio Grande do Sul, do sal em áreas fluminenses etc. —, ensejaram o desenvolvimento, no âmbito local, de atividades artesanais ou vinculadas ao setor "serviços" que tenderam a ganhar espaço cada vez maior com o correr do tempo. Paralelamente — em decorrência dos óbices acima apontados, da relativa facilidade de acesso ao usufruto da terra e de traços culturais que afastaram significativas parcelas populacionais da perspectiva de acumular, aos quais somam-se, evidentemente, os obstáculos de ordem objetiva impostos pela dominância econômica da grande propriedade escravista e monocultora —, estabeleceu-se e cresceu de modo continuado, em todo o território brasileiro, a policultura de gêneros básicos de alimentação — feijão, milho, mandioca, arroz etc. — que irá compor, ao lado da produção monocultora, o quadro efetivo no qual se movimentavam nossas populações pretéritas. Trata-se, é óbvio, daquele Brasil medíocre e "menor" do ponto de vista

econômico, mas que não pode ser descartado se estivermos interessados em apreender, efetivamente, a formação de nossa economia, da qual, obviamente, faziam parte as assim chamadas camadas médias e baixas de nossa população. É, pois, à consideração de algumas das formas assumidas pelo cultivo de gêneros de subsistência que nos vemos remetidos.

VII — MONOCULTURA E POLICULTURA DE SUBSISTÊNCIA.

Como já anotaram outros autores: "Estudar essa economia de subsistência, através de sua evolução no tempo e no espaço — expansão e retração de áreas e cultivos, a sua demografia, a organização do trabalho, o regime de posse e uso da terra e as técnicas — ia revelar a face oculta do Brasil, sempre escondida por detrás da *casa grande* (por vezes da senzala), do ouro das Gerais, do café ou outro produto-rei, dos *coronéis* do sertão, que é revelado, quando o é, para ressaltar a minoria do que é dominante, com enfoque sobre o seu atraso." (LINHARES & SILVA, 1981, p. 119). Além de estudá-la é preciso dar-lhe espaço nos esquemas interpretativos dos quais partimos, reconhecendo sua relevância econômica e demográfica e suas múltiplas facetas. Neste tópico procuraremos, tão-somente, indicar algumas das formas assumidas por esta policultura de subsistência que se desenvolveu paralelamente à produção em larga escala de gêneros de exportação e, por via de regra, definiu-se como retaguarda imediata desta última, mas que, em alguns casos ao menos, apareceu como elemento relativamente autônomo, já que confinado aos limites traçados pelas atividades de exportação, econômica e politicamente dominantes.

Como sabido, a produção de gêneros básicos destinados ao consumo interno dava-se, também, em propriedades — em alguns casos em regiões — que se especializaram no seu preparo. Podemos pensar, aqui, na existência de propriedades relativamente grandes, a utilizar sistematicamente o trabalho escravo e cujos proprietários certamente pautavam-se pela perspectiva da acumulação de capital. Procuravam, pois, da mesma sorte que os cultivadores de cana *obrigada* e *a partido*, adequar-se às condições que propiciavam mercados mais rentáveis, derivassem eles imediatamente das necessidades dos grandes proprietários monocultores ou dos núcleos urbanos que pontilhavam o Brasil.

Ademais, a produzir sistematicamente para os mercados locais também estavam pequenos e médios proprietários, muitos dos quais contavam com o concurso de uns poucos escravos, enquanto outros utilizavam, apenas, a mão-de-obra familiar. O expressivo, nestes dois últimos casos não decorre da magnitude produzida, mas, sim, do fato de haver um vínculo continuado com a economia de mercado e com eventuais, e estreitas convenhamos, oportunidades de enriquecimento e "ascensão" social; este vínculo com o mercado permitiu, inclusive, que pequenos produtores se dedicassem à elaboração de bens de exportação, lembrem-se, a este respeito, as observações de Maria Luíza Marcílio e os nossos cálculos sobre a participação na exportação de café de unidades familiares sem escravo algum (Cf. MARCÍLIO, 1974, p. 186-187; COSTA, 1992, p. 96-109), o trabalho de José Flávio Motta no qual o autor indica que a própria

introdução do plantio da rubiácea em território paulista foi efetuada por agricultores modestos, entre os quais compareciam alguns que, além de não possuírem cativos, sequer dispunham de terras próprias, pois ocupavam, por favor, terras alheias (Cf. MOTTA, 1991), tenham-se presentes, ainda, os estudos de Renato Leite Marcondes e de José Flávio Motta e Nelson Nozoe nos quais acompanha-se a produção cafeeira em localidades paulistas e se patenteiam as oportunidades de acumulação que se abriam a proprietários de pequeno porte (Cf. MARCONDES, 1993; MOTTA & NOZOE, 1994, p. 265-271).

A par desta produção mais caracteristicamente comercial encontraremos os proprietários de menor porte que vendiam seus eventuais excedentes. Em algumas áreas, *grosso modo*, cerca de 30 a 40% da produção total de gêneros alimentícios via-se dirigida aos mercados locais. O que nos parece relevante neste caso não é a "mediocridade" dos ofertantes — que se vinculam excepcional e precariamente ao mercado —, mas, sim, o fato de termos, sistematicamente, uma "fatia" expressiva do consumo global atendida pela comercialização daqueles bens básicos.

Igualmente relevante parece ser a produção efetuada nas próprias terras das grandes propriedades voltadas, precipuamente, às atividades de exportação. Arrola-se aqui, não só a produção imediatamente gerida pelos proprietários, mas, também, a parcela devida à iniciativa dos cativos quando podiam dispor de pequenos lotes que lhes eram atribuídos. O produto desta atividade, além de compor uma parte do *trabalho necessário* — e nesta medida é que a podemos ver como uma mera dimensão da economia escravista — propiciava, também, e em escala que jamais chegou a altear-se de sorte a descaracterizar as bases escravistas de nossa economia, a integração dos escravos aos circuitos comerciais.⁷

Cumpramos lembrar, por fim, o grande número de pessoas e/ou de comunidades inteiras que se dedicavam, quase exclusivamente, aos cultivos dirigidos ao consumo imediato. Arrolam-se entre elas, inclusive, as que, sem propriedade alguma, ocupavam áreas de terceiros ou terras colocadas nas fimbrias do ecúmeno. Condições econômicas e culturais, tamanhamente deploradas pelos viajantes estrangeiros do século passado, estariam na raiz dessa abulia quase generalizada que empolgava largas faixas da camada mais

⁷ Anote-se, a este respeito, a afirmação: "Por 'brecha' não entendemos, de forma alguma, um elemento que pusesse em perigo, mudasse drasticamente ou diminuísse o sistema escravista. A analogia com uma brecha na muralha de uma fortaleza assediada seria algo totalmente equivocado. O que queremos significar — e cremos que também Lepkowski, ao criar a expressão — é uma brecha para o escravo, como se diria hoje 'um espaço', situado sem dúvida dentro do sistema, mas abrindo possibilidades inéditas para atividades autônomas dos cativos." (CARDOSO, 1987, p. 121-122). Autonomia esta com a qual concordamos desde que vista em termos relativos e como parte integrante do sistema escravista (ou do chamado "sistema do Brasil"), ao qual, ademais, também não era estranha, como sabiamente postulado por Aristóteles para o escravismo antigo, a própria possibilidade da alforria: "Todo esclavo debe tener ante los ojos una meta definida o un término exacto de su trabajo. Colocar ante él el premio de la libertad es algo justo y conducente, porque teniendo por delante el premio asignado a su trabajo y conociendo el tiempo necesario para su consecución, el esclavo se entregará de todo corazón a su trabajo." (ARISTÓTELES, 1964, p. 1.382)

desprivilegiada de nossa população. De toda sorte, de moto próprio ou como consequência das vicissitudes da vida, um grande número de pessoas conseguia, assim, "sobreviver" e, embora palidamente, integrar, na condição de população redundante, a vida social e econômica do Brasil de então.

VIII — SOBRE A ESTRUTURA DE POSSE DOS CATIVOS.

Como vimos, tanto a propriedade e usufruto da terra como a economia de subsistência marcavam-se, no passado escravista brasileiro, por gradações que preenchiam um rico e nuançado espectro. O mesmo podemos afirmar no concernente à estrutura da posse de escravos, a qual percorria, também, um *continuum* no qual se viam representados todos os tamanhos de plantel, bem como as distintas atividades econômicas aqui praticadas e que tenderam a se diversificar cada vez mais com a passagem do tempo. Assim, afora casos tópicos em que predominavam maciçamente os grandes escravistas, tomada em seu conjunto, a economia brasileira, *grosso modo*, conheceu, nos mais variados setores e quadrantes, situações em que coexistiam pequenos, médios e grandes proprietários.

Destarte, em muitas áreas e "economias" do território brasileiro, por via de regra não dominadas pela especialização que distinguiu a grande produção açucareira ou a cafeicultura depois de definitivamente assentada no sudeste, encontraremos como norma a predominância quantitativa dos proprietários com reduzido número de cativos, cerca de quatro ou cinco digamos, os quais detinham parcela substantiva do efetivo total da escravaria, vale dizer, por volta de 30 a 40% dos cativos. Tal quadro, como demonstrado por Francisco Vidal Luna registrou-se em Minas Gerais, tanto no período de afirmação da atividade aurífera como nos momentos de apogeu e decadência da economia da mineração (Cf. entre outros: LUNA, 1981; LUNA, 1982, p. 31-55 e LUNA & COSTA, 1982, p. 57-77); repetiu-se tal condição em São Paulo e no Paraná (Cf. entre outros: LUNA & COSTA, 1983; GUTIÉRREZ, 1987; MOTTA, 1990, p. 190-200 e MOTTA, 1991b). A mesma estrutura também mostrou-se presente na região da pecuária e de lavouras de Goiás (Cf. FUNES, 1980, p. 123-127), nas zonas criatórias do nordeste (Cf. MOTT, 1978) e do sul (Cf. CARDOSO, 1977, p. 54-82), não sendo estranha, ainda, na própria área produtora de tabaco e açúcar do Recôncavo baiano como revelado por Stuart B. Schwartz (SCHWARTZ, 1983 e SCHWARTZ, 1988, p. 356-376), assim como, em termos genéricos, nos centros urbanos do período escravista.

Vê-se, pois, que havia uma verdadeira difusão do escravismo no seio da sociedade brasileira, fato este do qual, certamente, derivaram significativas consequências econômicas, políticas e culturais às quais retornaremos adiante.

IX – PELA SUPERAÇÃO DO MODELO DE CAIO PRADO JÚNIOR.

Façamos, antes do mais, um balanço crítico do conjunto de evidências, observações e raciocínios acima expendidos. De tal conjunto ressalta, de pronto, que as articulações presentes na sociedade brasileira sobrepujavam largamente um mero empreendimento dirigido pelo capital comercial e imediatamente voltado para o mercado mundial e dele totalmente dependente. Neste sentido tratava-se de uma economia com expressivos traços de integração endógena e que comportava uma gama diversificada de atividades produtivas votadas para o atendimento de suas próprias necessidades, dando-se, também, processos internos de acumulação. Disto decorria a geração, na órbita doméstica, de condições que permitiam um espaço econômico relativamente autônomo *vis-à-vis* a economia internacional e o capital comercial, espaço econômico este ao qual, ademais, deve-se atribuir expressivo contributo no que tange à formação da renda e do produto. Esta visão aparta-nos, pois, da que admitimos ter sido proposta por Caio Prado Júnior, a qual marcar-se-ia por iniludível "reducionismo". Não obstante, igualmente iniludível é o fato de que todas aquelas evidências e argumentos não conduzem à negação da sociedade escravista, ao contrário, não só a afirmavam como teriam contribuído ativamente para sua expansão e permanência entre nós. Senão, vejamos.

Iniciemos considerando as possibilidades abertas aos despossuídos que ocupavam, de maneira precária e sem qualquer título efetivo de propriedade, nergas de terra sob as mais variadas formas (ocupantes autorizados, agregados, posseiros etc.) e que não estavam interessados em participar dos processos de acumulação ou deles viam-se excluídos por falta de recursos, de oportunidades ou em decorrência das vicissitudes da vida (doenças, empobrecimento, desamparo em função da idade etc.). Tais pessoas, como sabido, encontraram nas lides agrícolas consagradas ao autoconsumo uma forma, embora medíocre, de sobreviverem. Ora, como demonstrado por Celso Furtado para o caso das crises que se abateram sobre a economia açucareira e a da mineração (Cf. Furtado, 1970, capítulos XI - Formação do complexo econômico nordestino e XV - Regressão econômica e expansão da área de subsistência), tal arranjo – acesso ao usufruto da terra – atuava como verdadeira válvula de escape, atenuando ou evitando inteiramente o desenvolvimento de pressões no sentido de que se promovessem alterações estruturais na economia escravista dominante. Ademais, como visto na nota número três deste trabalho, os grandes proprietários serviam-se de parte destes despossuídos para garantirem suas propriedades contra roubos ou a invasão de elementos indesejáveis.

De maneira similar operavam, por seu turno, as estreitas oportunidades colocadas aos que secundária e eventualmente participavam dos mercados vendendo seus parques excedentes agrícolas ou neles encontrando escoamento para sua modesta produção de gêneros exportáveis. Nos parece ocioso acrescentar, além disto, que tais oportunidades também trabalhavam, com respeito a este segmento populacional, de sorte a legitimar as estruturas econômicas dadas.

Estes dois estratos sociais mereceram a atenção de muitos autores dos quais lembramos, a título ilustrativo, tão-somente dois. Assim, lemos em obra de Jacob Gorender: "A tendência evolutiva de São Paulo foi idêntica à de todo o país na era escravista: concentração extrema da propriedade de escravos e de terras e crescimento constante da população livre despossuída. Esta, formada de agregados e posseiros, constituía junto com os elementos minifundiários, a classe camponesa da época, a classe camponesa *possível* numa formação social escravista." (GORENDER, 1978, p. 300). Esse mesmo autor, depois de consignar que os "caipiras são os agregados e posseiros a que venho me referindo", remete-nos a Maria Sylvia de Carvalho Franco para quem as comunidades *caipiras* "podem ser pensadas como uma realidade autônoma": "Entretanto, se realmente é possível distinguir um estilo de vida específico, uma integridade de cultura e de organização social nas comunidades caipiras, não é menos verdade que essas comunidades estiveram concretamente inseridas em um sistema social mais amplo. Na área aqui estudada, ao lado desses pequenos núcleos houve, pelo menos desde o século XVIII, setores da sociedade que se organizaram para a produção mercantil. Sendo estes que realmente fundaram o sentido dominante das atividades de produção e da vida social, os grupos caipiras ficaram relegados a uma intransponível marginalidade." (FRANCO, 1969, p. 31-32). Tal "sistema social mais amplo", obviamente, tratava-se da sociedade escravista inclusiva.

Igualmente inseridos neste "sistema social mais amplo" estavam os que – com o apoio de um número maior ou menor de cativos ou só a contar com a mão-de-obra individual ou familiar – participavam sistematicamente dos mercados de gêneros básicos de alimentação, do setor de serviços ou se ocupavam em atividades artesanais. Com respeito a estes agentes, evidentemente, nada há a acrescentar, pois, efetivamente, mesmo se não tivessem escravo algum, *integravam* a sociedade escravista e se comportavam de molde a afirmá-la, mesmo quando se tratavam de alforriados, alguns dos quais, como anotado, tornaram-se proprietários de escravos.

Quanto aos cativos aos quais eram atribuídas pequenas glebas de terra das quais derivavam sua alimentação e eventuais ganhos com os quais compunham seus pecúlios, e quanto aos que "trabalhavam por conta própria" efetuando pagamentos a seus senhores, há algo a dizer. Em primeiro, é necessário repisar o caráter complementar com respeito ao *trabalho necessário* representado por tais formas de exploração da força de trabalho escrava; tenhamos presente, pois, a arguta e definitiva observação de Antonil: "Costumam alguns senhores dar aos escravos um dia em cada semana, para plantarem para si, mandando algumas vezes com eles o feitor, para que se não descuidem; e isto serve para que não padeçam fome nem cerquem cada dia a casa de seu senhor, pedindo-lhe a ração de farinha." (ANTONIL, 1974, p. 162). Em segundo lugar não se deve esquecer que a existência de um espaço relativamente autônomo para a vivência do cativo não representava uma restrição ao escravismo e muito menos ensejava, *per se*, qualquer ruptura ou enfraquecimento do mesmo. Ao contrário, como ocorria com a perspectiva da alforria, legitimava-o aos olhos dos próprios cativos, tornando-os presas mais "conformadas" do sistema e menos dadas a rebeldias. A plena consciência deste efeito, como sabido, foi alcançada pelos

próprios donos de escravos; vejamos um testemunho elucidativo, o do Barão de Pati do Alferes, igualmente lembrado por Jacob Gorender: "Estas suas roças, e o produto que delas tiram, fazem-lhes adquirir certo amor ao país, distrair um pouco da escravidão, e entreter-se com esse seu pequeno direito de propriedade. Sem dúvida, o fazendeiro enche-se de certa satisfação quando vê chegar o seu escravo da sua roça trazendo o seu cacho de bananas, o cará, a cana, etc." (WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda [Barão de Pati do Alferes]. *Memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Eduardo & Henrique Laemmert, 1878, p. 24-25, *apud* GORENDER, 1978, p. 263).

Atenhamo-nos, por fim ao fato de prevalecerem, em largas faixas do território brasileiro e distribuídos pelas várias "economias" que aqui se desenvolveram, plantéis com reduzido número de cativos e uma grande proporção de pequenos e médios escravistas. Poderia tal estrutura de posse descaracterizar ou alterar a natureza do escravismo? Apontaria na direção da predominância dos mercados internos sobre os externos? Colocaria como possível a reprodução autônoma e independente da economia escravista como se definiu no Brasil? A resposta a tais questões é, sem dúvida, negativa. Deixando uma qualificação mais pormenorizada para o item no qual trataremos do capital escravista-mercantil, queremos deixar fixada, aqui, a opinião de que, contrariamente ao sugerido pelas perguntas acima enunciadas, a difusão de um grande número de pequenos escravistas contribuía positivamente para a legitimação e permanência da instituição entre nós, pois, comprometia com a mesma, largos contingentes da população livre, os quais viam seus interesses econômicos atrelados à manutenção do escravismo. Destarte, tanto da perspectiva econômica como da política e da história das mentalidades, não nos parece absurdo afirmar que a existência de tal perfil da estrutura de posse de cativos pode ser encarada, por um lado, como uma das causas explicativas do vigor e resistência do escravismo entre nós, e, por outro, do tardio advento da abolição definitiva da escravidão no Brasil.

A conclusão maior que se impõe das considerações acima postas é imediata: todas as condições aqui reportadas, em maior ou menor escala, operaram, sempre, no sentido de afirmar e dar maior solidez ao escravismo e podem ser colocadas entre os fatores explicativos da grande resistência demonstrada por esta instituição e de sua prolongada persistência entre nós. Nada mais errôneo, pois, do que tomá-las como capazes de descaracterizar ou "arranhar" as relações escravistas então vigentes. Elas não podem ser arroladas, portanto, entre as causas da superação do trabalho escravo no Brasil, fato este que, não obstante, não as impediu de sobreviverem ao sistema escravista e de contribuírem, dada a supressão do escravismo, para o estabelecimento e afirmação das relações de produção emergentes.

Ora, a sociedade escravista moderna (intrinsecamente dependente dos mercados mundiais, como evidenciaremos adiante em tópico dedicado ao capital escravista-mercantil) é a própria encarnação da dependência com respeito ao mundo exterior, seja quanto à colocação de parcela substantiva do produto gerado, seja no respeitante à sua própria manutenção no tempo, pois

necessitava, crucialmente, do fornecimento externo de mão-de-obra cativa. Assim, aceita a idéia de que os elementos avocados para desqualificar o modelo de Caio Prado Júnior atuaram, sempre, de sorte a reafirmar o escravismo, vemo-nos em face de uma aparente contradição: se, num primeiro lapso, nossos argumentos contradizem o modelo em tela, num segundo passo trabalham a favor da tese central do mesmo modelo. É forçoso, portanto, enfrentarmos esta contradição aparente; ademais, de seu esclarecimento emergirá não só a solução para o impasse no qual estamos enleados, mas, também, para as demais questões que ensejaram a redação destas notas. Partamos, pois, do modelo em foco.

Qual seria a grave limitação do modelo interpretativo de Caio Prado Júnior? Onde estaria seu "erro", como perguntariam alguns? A nosso juízo tal limitação deveu-se ao fato de ele haver transposto para o plano fenomênico, sem as necessárias e devidas mediações, elementos próprios do que considerou a *essência* de nossa formação e da sociedade aqui constituída.⁸ Reduzido, assim, o plano do concreto, ao que se poderia entender ser seu *determinante em última instância*, a elementos de sua pretensa "essência" Æ que não se exaure em tais elementos, diga-se com ênfase Æ, resta-nos uma caricatura de vida econômica e social, desfigurada, rígida, descarnada, apartada da experiência do dia-a-dia, perdem-se a especificidade e as peculiaridades do escravismo moderno Æ regido que esteve, como veremos adiante, pelo capital escravista-mercantil Æ e se fica às voltas com um "sentido" abstrato, imaterial, que faz com que nos sintamos tão incomodados, tão "desconfortáveis", quando confrontamos nossa visão daquela sociedade com a que derivamos da leitura dos escritos de Caio Prado Júnior. Mas ele não foi a única vítima deste "ardil" do capital escravista-mercantil, há os que, cometendo engano homólogo, tornaram-se presas de limitações igualmente reducionistas; pensamos, agora, nos pesquisadores que, prendendo-se à aparência Æ à forma como a sociedade escravista brasileira se nos apresenta imediatamente Æ pretendem transportar tal mundo fenomênico, sem as imprescindíveis mediações, para o âmago último de nossa formação, tomam,

⁸ Retomemos as palavras de Caio Prado Júnior: "É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical... [...] É certo que a colonização da maior parte, pelo menos, destes territórios tropicais, inclusive o Brasil, lançada e prosseguida em tal base, acabou realizando alguma coisa mais que um simples 'contato fortuito' dos europeus com o meio, na feliz expressão de Gilberto Freyre, a que a destinava o objetivo inicial dela; e que em outros lugares semelhantes a colonização européia não conseguiu ultrapassar... [...] Entre nós foi-se além no sentido de constituir nos trópicos uma 'sociedade com características nacionais e qualidades de permanência' [Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*], e não se ficou apenas nesta simples empresa de colonos brancos distantes e sobranceiros. Mas um tal caráter mais estável, permanente e definido, só se revelará aos poucos, dominado e abafado que é pelo que o precede, e que continuará mantendo a primazia e ditando os traços essenciais da nossa evolução colonial. Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco... (...) ...café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura bem como as atividades do país. (...) Haverá resultantes secundárias que tendem para algo de mais elevado; mas elas ainda mal se fazem notar. O 'sentido' da evolução brasileira que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização. Tê-lo em vista é compreender o essencial deste quadro que se apresenta em princípios do século passado..." (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 31-32).

pois, a aparência como se fosse a essência. O resultado deste movimento já é conhecido: a essência do escravismo moderno se esvai no ar, dilui-se ante nossas vistas, escapa de nossas mãos, restando-nos uma sociedade que, autônoma e independentemente, parece reproduzir-se a si mesma a partir de si mesma.⁹ É crucial, portanto, a consideração e caracterização das mencionadas categorias e mediações. Sem elas, entendemos, ser-nos-á impossível apreender nossa sociedade pretérita como uma totalidade na qual os elementos que a compunham atuavam solidariamente, co-determinando-se mutuamente.

Do acima exposto pode-se inferir, esperamos que de modo claro, nossa postura com respeito ao modelo explicativo de Caio Prado Júnior. Não pretendemos *negá-lo*, mas, qualificando-o, evidenciar a possibilidade de *superá-lo* de sorte a chegarmos a uma nova síntese, adequada às realidades com quais nos deparamos quando observada a evolução da sociedade e da economia brasileiras à luz de estudos recentes. Para tanto, cremos ser necessário o desenvolvimento das três vertentes teóricas explicitadas abaixo.

No campo metodológico é preciso operar de forma a explicitar as *mediações* entre os chamados *determinantes em última instância* realçados por Caio Prado Júnior e o desenvolvimento concreto de nossa estrutura sócio-econômica, o que, ao menos indicativamente, tentamos fazer até esta altura destas observações críticas, sobretudo na abertura deste tópico.

No plano abstrato deve haver empenho no sentido de alcançarmos uma compreensão nova do papel do capital e da acumulação no âmbito da economia escravista colonial; impõe-se, pois, o estabelecimento de uma formulação teórica que torne possível distinguir a ação do capital comercial daquela exercida pelo capital escravista-mercantil, definindo-se, este último, como a principal mediação entre o capital comercial (que o vinculava ao mercado externo) e as condições internas segundo as quais dava-se, concretamente e como uma decorrência da existência do capital escravista-mercantil, a acumulação no Brasil de então. A este problema dedicamos o próximo tópico destas notas.

Por fim, na esfera do concreto, entendemos ser indispensável a reformulação dos grandes "setores" econômicos pensados por Caio Prado Júnior, pois, como procuramos mostrar, a bipartição por ele proposta é insuficiente para dar conta de toda a gama de articulações econômicas encontráveis no correr da história do Brasil, desde seu descobrimento até o

⁹ A estes pesquisadores, ao que parece, dirigiu Ciro F. S. Cardoso a advertência: "Tendo combatido por muitos anos as posturas que enfatizam unilateralmente as relações metrópole-colônia ou centro-periferia, a extração de excedentes, o capital mercantil (hipostasiado em 'capitalismo comercial') e mais em geral a circulação de mercadorias como *locus* explicativo privilegiado, só posso me regozijar com esses novos e sólidos argumentos. Desde que, também neste caso, não se ceda à tentação de mais uma ênfase unilateral. Mesmo se as análises cujos resultados foram aqui resumidos são, às vezes, delimitadas e tratam de elementos e variáveis parciais, não estarão esquecendo exageradamente, empurrando um tanto para fora do horizonte, a dependência colonial e neocolonial – e as determinações e condicionamentos que ela sem qualquer dúvida implicava (ainda que tais análises tenham demonstrado que *algumas* das determinações imputadas a fatores externos eram falsas)? Fique como questão a ser pensada esta minha dúvida" (grifos de CARDOSO, 1988, p. 58).

encerramento da época monárquica. No tocante a esta última questão, esboçaremos, mais adiante, uma categorização alternativa à de Caio Prado Júnior. Consideremos, pois, o capital escravista-mercantil.

X – NOTA SOBRE O CAPITAL ESCRAVISTA-MERCANTIL.¹⁰

A nosso ver, além das três formas clássicas de existência do capital (comercial, usurário e industrial), Marx sugeriu uma quarta forma: o capital escravista-mercantil, gerador de mais-valia e calcado na produção de mercadorias com base no trabalho escravo. Esta forma de capital dependeu, para sua constituição e permanência no tempo, de alguns elementos básicos que, para o caso do Brasil, foram os seguintes: poder régio, capital comercial, indivíduos dispostos a dirigir, na colônia, a produção de bens exportáveis com base na exploração do trabalho escravo, fontes supridoras de mão-de-obra escrava e, por fim, mercados mundiais capazes de absorver parcela substantiva dos bens aqui produzidos.

Assim, no caso da economia escravista brasileira, a criação da mais-valia decorria da ação do capital escravista-mercantil, vale dizer, embora isolado dos mercados externos e, portanto, da órbita da circulação – e a esta questão voltaremos logo adiante –, a esfera da produção interna colocava-se inteiramente em sua órbita e era dominada pelo mesmo. Tal dominância, que não deve ser entendida em termos absolutos, estendia-se à produção de mercadorias (exportáveis ou não), de valores de uso e de serviços, abarcando, também, a alocação de fatores e recursos e espraiando-se pela circulação interna. Afetava, ainda, a geração e distribuição da renda, a escala da produção, o tamanho das plantas instaladas, as técnicas utilizadas e os elementos afetos à qualificação da mão-de-obra. Enfim, sua presença condicionava toda a economia bem como as relações estabelecidas no processo da produção, projetando-se, ademais, na vida social e política do Brasil. Disto deve-se inferir que os segmentos sociais e econômicos não vinculados imediatamente ao escravismo também se viam influenciados e, em larga medida, determinados, sobretudo no que tange à definição dos limites do espaço econômico em que lhes era dado atuar, pelo capital escravista-mercantil. É justamente sobre tamanha dominância que se assenta o engano dos que imaginam encontrar aqui o assim chamado "escravismo capitalista" ou propugnam pela existência de um pretenso modo de produção colonial.

Como sabemos, seria difícil superestimar o papel do capital comercial (aliado, no caso, ao capital de empréstimo) quanto ao processo de ocupação, povoamento e valorização das terras lusas no Novo Mundo; assim, a colônia pode ser vista como uma criação do consórcio estabelecido entre o poder régio e

¹⁰ Neste tópico apresentamos uma versão sumária de alguns pontos centrais de trabalhos nos quais a categoria capital escravista-mercantil viu-se tratada de maneira mais larga e pormenorizada, aos mesmos remetemos o leitor interessado nessa análise: PIRES & COSTA, 1994; COSTA & PIRES, 1994; PIRES & COSTA, 1995.

o capital comercial. Ao primeiro, além da estruturação e aparelhamento das instâncias burocráticas e administrativas, coube garantir o acesso à terra. À meio de produção básico. À aos que demonstrassem deter os cabedais necessários para explorá-la. A geração das demais condições materiais que embasaram o aludido processo ficou, sabemos-lo à farta, a cargo do capital comercial. Destarte, este último encarregou-se do financiamento do empreendimento agrícola no Brasil, do fornecimento de mão-de-obra africana e bens de consumo e de produção oriundos da Europa, bem como monopolizou a colocação da produção brasileira nos mercados mundiais. É nesta medida que a colônia pôde ser vista como um mero apêndice da economia europeia a funcionar como um enclave em permanente expansão e que flutua sobre o nada. É este, pois, o *locus* no qual se desenvolveu o capital escravista-mercantil, o qual só podia comunicar-se com o mundo que lhe era externo mediante a intermediação do capital comercial, mas que não se identificava com o capital comercial, nem representava "uma parte" do capital comercial a projetar-se sobre o mundo da produção. Estamos em face, pois, de duas categorias (formas de existência do capital) distintas e que apresentam dinâmicas, dimensões sócio-políticas e articulações econômicas que lhes são peculiares.

O arranjo assim constituído, no qual o capital comercial funcionava como interface entre a colônia e os mercados externos, acarretou pelo menos quatro conseqüências que marcaram nossa história e nossa historiografia. Em primeiro, dele derivou o "sentido da colonização" como pensado por Caio Prado Júnior; tal visão, repisemo-lo, prende-se, sobretudo, à forma como a valorização das novas terras aparece ao observador que a toma da perspectiva do comércio externo, não levando em conta, portanto, a existência do capital escravista-mercantil ao qual, com base na exploração do trabalho escravo, cumpria, além da apropriação de parcela substantiva da mesma, a própria criação da mais-valia. Em segundo, a preeminência do capital comercial no que tange à articulação entre os distintos mercados permitiu a emergência e subsistência de um complexo econômico que tinha suas bases produtivas no Brasil, sua fonte básica de mão-de-obra na África e que contava com os mercados europeus para a colocação da produção exportável. Em terceiro, o isolamento propiciado pelo capital comercial e pelas práticas mercantilistas possibilitou à economia europeia beneficiar-se dos efeitos dinâmicos oriundos do Novo Mundo e garantiu a solidez e a robustez que informaram o escravismo moderno, elementos estes da mais alta relevância para o pleno funcionamento e permanência no tempo da exploração desenvolvida pelo capital escravista-mercantil. Por fim, dado o referido isolamento, o capital escravista-mercantil não só comportou, no âmbito de sua dominância, a existência de dimensões e articulações que iam muito além dos estreitos limites do capital comercial, como também propiciou o surgimento de muitas de tais articulações, as quais operavam de sorte a garantir a persistência do capital escravista-mercantil e enriqueciam e diversificavam o quadro econômico e social no qual se movimentavam as populações do Brasil escravista.

Da ação do capital escravista-mercantil decorria, ademais, a re-posição de alguns de seus pressupostos, agora derivados de sua própria existência. Assim, os escravistas apoderavam-se de parte substantiva da mais-valia gerada no processo de produção e o escravo dela emergia na mesma condição de sujeição

inicial. Por outro lado, o capital escravista-mercantil só podia atuar mediatamente sobre seus outros pressupostos (fontes supridoras de escravos e mercados mundiais de colocação dos bens exportáveis) não lhe sendo possível, portanto, repô-los, pois os mesmos lhe eram externos e para ele definiam-se como dados. Evidencia-se palmarmente, pois, que o capital escravista-mercantil, enquanto tal, mostra-se incapaz de prover todos os elementos necessários à sua reprodução, não podendo, portanto, dar suporte a um específico modo de produção. Este mesmo argumento pode ser avocado para desqualificar a opinião segundo a qual, a contar de determinado ponto de nossa história, cumpria à economia escravista brasileira reproduzir-se autonomamente. Esta tese mostra-se ainda mais equivocada se lembrarmos que o processo de acumulação próprio do capital escravista-mercantil não o liberava dos pressupostos que lhe eram externos, ao contrário, tornava-o ainda mais dependente dos mesmos, pois, à medida que se dava a ampliação da produção escravista-mercantil, maiores eram suas exigências em termos de suprimento de cativos e de escoamento da produção efetuada.¹¹ Pode-se concluir, pois, que a constituição, no Brasil, de uma economia reflexa e dependente não decorreu, meramente, da exploração metropolitana ou do fato de a colônia ter sido votada ao fornecimento de produtos para o comércio europeu, mas derivou, essencialmente, das próprias entranhas da forma de capital cujo predomínio marcou nossa história até 1888. De outra parte, como avançado, cremos que o surgimento e desenvolvimento de uma vida econômica relativamente autônoma, "voltada para dentro", não só se

¹¹ É interessante notar que, embora, para sua re-produção, o capital escravista-mercantil exija a presença de elementos de ordem interna e externa, o mesmo não ocorre com respeito a sua negação, pois a falta de qualquer pressuposto, endógeno ou exógeno, é bastante para provocar sua ruptura. Assim, e aqui falamos em termos hipotéticos e não exaustivos, o golpe mortal poderia advir de um único fator ou de uma combinação deles, fossem internos ou não; consideremos algumas possibilidades: 1) tal golpe poderia decorrer de uma decisão política das próprias elites dominantes, ou de uma cisão no âmbito das mesmas de sorte a fazer com que houvesse um confronto entre as facções discordantes, parece ter acontecido justamente isto nos EUA; 2) a sublevação dos cativos é outra causa a levar em conta, talvez tenha sido esta a experiência vivida no Haiti; 3) uma forte expansão da demanda internacional por tal ou qual bem produzido por dada economia escravista poderia levá-la a encontrar tamanhas restrições quanto ao aliciamento de mão-de-obra cativa que a busca de uma alternativa não-escravista se impusesse; 4) pode-se pensar, correlatamente, que a retração violenta dos mercados mundiais para os bens oferecidos por dada economia escravista poderia levá-la, no médio prazo, ao colapso, pois faltar-lhe-iam os recursos para sustentar-se enquanto tal; 5) obedecidas as condições por nós admitidas como válidas, a supressão do tráfico também conduziria, inexoravelmente, o capital escravista-mercantil ao desaparecimento. No Brasil, o golpe fatal decorreu justamente desta última medida, a ela somaram-se a expansão da demanda mundial por café – o que levou à busca da solução imigrantista –, o movimento abolicionista que empolgou parte das elites e largas faixas das camadas médias urbanas e a insubordinação dos cativos, sempre presente e sempre frustrada, mas naquela altura potencializada pelo abolicionismo. (Coloque-se aqui, entre parênteses, que não estamos advogando uma articulação mecânica entre estes fatores; para uma crítica da visão estreita sobre tal articulação veja-se CARDOSO, 1977, p. 188-269). Ademais, à medida que, no âmbito das sociedades escravistas modernas, vão, a pouco e pouco, consubstanciando-se as condições para o estabelecimento generalizado do trabalho assalariado, a transição para estas relações de produção – inclusive com a presença de formas de exploração do trabalho livre como os contratos de parceria, de locação de serviços e o sistema do colonato – não assumiu caráter traumático, dando-se o mesmo com respeito à transformação do capital escravista-mercantil em capital industrial, mas estas já são questões que, por extrapolar o escopo destas notas, deixamos para um trabalho futuro.

mostrava compatível com a forma *capital escravista-mercantil*, mas, em larga medida, dela decorreu.¹²

Assim, tanto a economia escravista moderna, em geral, como a sociedade brasileira, em particular, devem sua existência e conformação estrutural básica ao capital escravista-mercantil, não podendo ser vistas, portanto, nem como uma mera projeção do capital comercial no plano da produção, nem como um simples apêndice da economia européia, destinado, exclusivamente, a complementá-la e a servir, tão-somente, a interesses forâneos. Não é ocioso repisar que a falta da consideração do capital escravista-mercantil leva ao falseamento da natureza e do caráter essencial da economia e da sociedade aqui estabelecidas. Fica evidenciado, também, que o argumento lembrado no início destas notas e referente ao assim chamado "determinante em última instância" não é pertinente para justificar as limitações do modelo explicativo de Caio Prado Júnior, pois tais determinantes em última instância dizem respeito ao fato de se haver constituído, no Brasil, uma sociedade embasada no capital escravista-mercantil – que só podia reproduzir-se a partir de pressupostos de ordem interna e *externa* –, não implicando, portanto, elemento que possa vir em abono do modelo reducionista de Caio Prado Júnior, este sim, calcado na projeção imediata do capital comercial na esfera da produção, o que tornaria a sociedade e a economia brasileiras meros apêndices, unívoca e integralmente, determinados pelos mercados mundiais e pelos interesses econômicos metropolitanos.

Explorar as ponderações aqui expendidas, aprofundar o conhecimento sobre suas implicações quanto à nossa formação sócio-econômica e promover um amplo debate sobre o tema *À o que procuramos provocar com este escrito* *À* não só é fundamental para o dilucidamento definitivo dos problemas centrais aqui abordados como, certamente, lançará novas luzes sobre antigas divergências teóricas concernentes àquela formação.

XI – ESBOÇO DE UMA CATEGORIZAÇÃO ALTERNATIVA.

Como indicado recorrentemente no correr destas notas, o enquadramento das principais atividades produtivas desenvolvidas no período escravista brasileiro em apenas duas categorias – *grande lavoura* e *agricultura de subsistência* – parece-nos muito restritivo. A limitação maior, como anotado, prende-se à produção destinada ao mercado interno, o qual, embora reconhecidamente secundário *vis-à-vis* a produção votada aos mercados

¹² Tomemos, apenas para exemplificar, o caso da possibilidade de acesso à terra sob a forma de usufruto. Como visto, as pessoas livres despossuídas podiam, sob a rigorosa "vigilância" dos potentados envolvidos, ocupar e permanecer mais ou menos precariamente em áreas cedidas; nesta circunstância patenteia-se a situação segundo a qual o capital escravista-mercantil *comportava* uma forma paralela e relativamente autônoma de vivência social e econômica. Paralelamente, o próprio capital escravista-mercantil "secretava" alforriados que, eventualmente, passavam a "gozar" da mesma "benesse" representada pela ocupação de lotes cedidos, situação esta que decorria da aludida forma de capital.

internacionais, mostrava, a nosso juízo, dimensões, articulações e complexidade devidas ao capital escravista-mercantil do qual também decorriam.

Assim, tanto para caracterizações de corte genérico como para orientar levantamentos de ordem empírica, antolha-se-nos recomendável, quanto à categorização dos bens então produzidos, a adoção de três grandes grupos: mercado externo, mercado interno e autoconsumo.

A produção destinada ao mercado externo deve abranger não só os gêneros agrícolas em geral (algodão, café, couros etc.), mas, também, os bens provenientes da manufatura rural (açúcar, aguardente e fumo), do extrativismo (vegetal e animal) e da mineração. Os produtores, por seu turno, devem ser considerados segundo a escala que assumiam suas atividades, vale dizer, além dos grandes proprietários escravistas, é necessário tomar em conta os pequenos e médios (lavradores de cana cativa, ou a partido, por exemplo), os que não podiam contar com a mão-de-obra cativa, assim como os escravos que, em reduzido número e pequeníssima proporção, também participavam, mediante os cultivos realizados em pequenos lotes, daquele mercado.

Já quanto à produção colocada no mercado interno, além de levar-se em conta os proprietários de grande porte, é preciso dar lugar para os pequenos e médios escravistas bem como para os que, só dispendo da mão-de-obra familiar, participavam dos mercados locais, sistemática ou esporadicamente; mesmo os escravos, como sabido, viam-se, sempre muito modestamente, representados nesta esfera da produção.

O autoconsumo, por seu turno, tinha ao menos duas dimensões às quais se deve emprestar especial atenção: a produção para o consumo imediato desenvolvida pelos próprios cativos em terras de seus proprietários e aquela efetuada por homens livres sem posses ou detentores de pequenas glebas e, eventualmente, de uns poucos cativos. Enquanto estes últimos estavam apartados dos processos de acumulação, a atividade dos cativos enquadrava-se, como parte do *trabalho necessário*, por via de regra, na esfera da produção comercial.

Cumprir notar, por fim, que esta caracterização de ordem genérica tem de ser acompanhada, sobretudo no caso de pesquisas que envolvam levantamentos de dados em fontes primárias, da complementação propiciada por uma pertinente classificação das ocupações e atividades econômicas segundo ramos e setores, na qual, evidentemente, haverá lugar para os transportes, comércio, artesanato, serviços etc.¹³

XII — CONSIDERAÇÕES FINAIS.

¹³ Para uma categorização consistente e pormenorizada das atividades e/ou ocupações econômicas desenvolvidas no Brasil até o advento da República veja-se: COSTA & NOZOE, 1987, p. 69-87.

Seria ocioso sumariar as linhas de raciocínio e os argumentos desenvolvidos nestas notas. Faz-se necessário, não obstante, fixar alguns pontos que nos parecem mais relevantes e poderão informar futuros debates e encaminhar novos questionamentos.

Parece-nos oportuno, antes do mais, repisar a necessidade e a factibilidade de se efetuarem críticas de fundo quanto aos modelos interpretativos concernentes à nossa formação sócio-econômica. Não seria descabido afirmar-se que, com respeito ao tema, muitas questões restam em aberto e há um largo campo para o estabelecimento de um amplo leque de enriquecedores esclarecimentos.

Neste escrito, centrando-nos na visão proposta por Caio Prado Júnior e visando a apresentar argumentos aptos a superá-la, vimo-nos compelidos a considerar vários daqueles modelos. Nossa esperança é que também tenhamos conseguido contribuir para a superação de alguns deles; não obstante, estamos certos de que os problemas afetos à nossa proposição sobre uma quarta forma específica de existência do capital, o capital escravista-mercantil, sobre a qual repousaria a formação econômica da sociedade brasileira estão a merecer a observação crítica e as indispensáveis qualificações por parte de outros autores, aos quais, também cumprirá, caso aceitem o repto, ajudar-nos a precisar tal categoria de sorte a possibilitar a identificação dos eventuais desdobramentos que a mesma possa vir a oferecer. No aguardo do julgamento de nossos colegas e de suas necessárias retificações damos, pois, a lume, ainda que imperfeitas, estas notas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONIL, André João (pseudônimo de João Antônio Andreoni). *Cultura e opulência do Brasil (texto da edição de 1711)*; Introdução e Vocabulário por A. P. Canabrava. São Paulo: Editora Nacional, 2a. ed., [1974], (Roteiro do Brasil, vol. 2).
- ARISTÓTELES. *Economía Doméstica*, in: *Obras*. Madrid: Aguilar, 1964.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou camponês?: o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. (org.) et alii. *Escavidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, (Coleção Jubileu).
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escavidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2a. ed., 1977, (Estudos brasileiros, vol. 19).
- COSTA, Iraci del Nero da. *Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP Editores, 1992.
- COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, Nelson Hideiki. Economia colonial brasileira: classificação das ocupações segundo ramos e setores. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE-USP, 17(1): 69-87, jan./abr. 1987.

COSTA, Iraci del Nero da & PIRES, Julio Manuel. A fórmula do capital escravista-mercantil. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE-USP, 24(3):527-532, set./dez. 1994.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: IEB-USP, 1969.

FUNES, Eurípedes Antônio. *Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária*. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1980, (Teses universitárias, vol. 40).

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 10a. ed., 1970.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978, (Ensaio, vol. 29).

GUTIÉRREZ, Horacio. *Senhores e escravos no Paraná: 1800-1830*. São Paulo: IPE-USP, 1987, dissertação de mestrado, mimeografado.

LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco C. Teixeira da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Martins, 2a. ed., 1951, (Biblioteca histórica brasileira, vol. X).

LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. A presença do elemento forro no conjunto de proprietários de escravos. *Ciência e Cultura*. São Paulo: SBPC, 32(7):836-841, julho de 1980.

LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores*. São Paulo: IPE-USP, 1981.

LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da posse de escravos. In: LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1982, p. 31-55.

LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. Profissões, atividades produtivas e posse de escravos em Vila Rica ao alvorecer do século XIX. In: LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1982, p. 57-77.

LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE-USP, 13(1):211-221, jan./abr. 1983.

MARCÍLIO, Maria Luíza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo, 1974, tese de livre-docência, mimeografado.

MARCONDES, Renato Leite. *Demo-economia Lorenense (1747-1836)*. São Paulo: IPE-USP, 15 p., mimeografado.

MOTT, Luiz R. B. Estrutura demográfica das fazendas de gado do Piauí-Colonial: um caso de povoamento rural centrífugo. *Ciência e Cultura*. São Paulo: SBPC, 30(10):1.196-1.210, 1978.

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829)*. São Paulo: IPE-USP, 1990, , tese de doutoramento, mimeografado.

MOTTA, José Flávio. O trabalho livre e a gênese da cafeicultura paulista. *Anais do II Encontro Nacional de Estudos do Trabalho*. São Paulo: ABET/FEA-USP, 1991, p. 363-371.

MOTTA, José Flávio. O advento da cafeicultura e a estrutura da posse de escravos (Bananal, 1801-1829). *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE-USP, 21(3):409-434, set./dez. 1991.

MOTTA, José Flávio & NOZOE, Nelson. Cafeicultura e acumulação. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE-USP, 24(2):253-320, maio/set. 1994.

PIRES, Julio Manuel & COSTA, Iraci del Nero da. Considerações sobre o capital escravista-mercantil. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE-USP, 24(1):129-143, jan./abr. 1994.

PIRES, Julio Manuel & COSTA, Iraci del Nero da. *O capital escravista-mercantil*. São Paulo: FEA-USP, 14 p., mimeografado.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 20 ed., 1987.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagens às nascentes do Rio S. Francisco e pela província de Goyaz*. São Paulo: Editora Nacional, tomo primeiro, 1937, (Brasília, vol. 68).

SAINT-HILAIRE. Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo: 1822*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1974, (Reconquista do Brasil, vol.11).

SCHWARTZ, Stuart B. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE-USP, 13(1):259-287, jan./abr. 1983.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinação pela província de São Paulo: 1860-1861*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1975, (Reconquista do Brasil, vol. 23).